

# AS TERRITORIALIDADES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

Thaylize Goes Nunes Pereira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP  
thaylize@hotmail.com

Mirian Claudia Lourenção Simonetti

Professora Doutora da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP/Campus Marília.  
mirian@marilia.unesp.br

## Resumo

O trabalho que será apresentado é parte de minha pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI/UNESP, e objetiva analisar a perspectiva dos protagonistas do Movimento Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a dizer, acampados e assentados do Estado de São Paulo, sobre as Políticas de Reforma Agrária do Governo do Partido dos Trabalhadores, no período de 2003-2010. Nossa hipótese é que a identidade desse movimento esta tensionada visto que ele é constituído de segmentos diversificados, que embora tenham o acesso a terra como objetivo maior de sua existência, tem demandas diferentes com relação às políticas públicas. Isso fica claro quando se observa os depoimentos dos assentados, acampados, militantes e dirigentes com relação às políticas de reforma agrária no período dos Governos do Partido dos Trabalhadores entre 2003-2010. Para esse trabalho nos basearemos em dois segmentos específicos que compõem o MST, a saber, os assentados e os acampados. Entre esses protagonistas do MST, não há uma visão uniforme sobre essas políticas públicas de reforma agrária. Com relação aos acampados se percebe uma crítica referente à demora para a execução da reforma agrária e um descontentamento com esses oito anos de Governo do PT, já os assentados se sentem contemplados com algumas políticas para a aquisição de alimentos e de créditos, e relatam que esse Governo foi o melhor que já tiveram. Através da coleta de depoimentos acerca das Políticas de Reforma Agrária do Governo PT, pretendemos analisar essas territorialidades em tensão desses dois segmentos que compõem esse movimento social. Isso se fará comparando os depoimentos, observando os impasses e avanços dessas políticas, bem como as diferentes visões acerca dessas problemáticas de acordo com cada segmento e também com a conjuntura governamental tratada no período, nos referindo aqui ao primeiro e segundo mandato dos Governos do Partido dos Trabalhadores entre 2003-2010.

**Palavras-chaves:** Questão Agrária Brasileira; Governo do Partido dos Trabalhadores, Territorialidades, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

As lutas sociais no Brasil devem ser contextualizadas a partir das grandes transformações socioeconômicas verificadas em todo o mundo. O debate sobre a questão agrária no Brasil surge no final da década de 50, sendo voltado principalmente às questões econômicas e sociais. A década de 60 se caracterizou por possuir uma política econômica de recessão, combater a inflação e instabilidade política de governos populistas e depois o regime militar, que procuraram negar a questão agrária brasileira. Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra não parou, e apesar de toda a repressão continuou crescendo. Nesse contexto, começou-se a organizar as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Em virtude desse contexto e acontecimentos em 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nos anos 80, o Brasil vivia uma conjuntura de extremas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto deste contexto, o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, surgindo a palavra de ordem: "Ocupação é a única solução", onde se reafirmou a necessidade das ocupações, sendo essas legítimas para os trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linhas políticas definidos. Com o fim do regime militar, e com a industrialização e modernização da agricultura brasileira, retomou-se o debate da reforma agrária, principalmente a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária (ENGELMANN, 2011).

Sendo assim, consideramos que o surgimento dos movimentos sociais, aqui precisamente do MST, está vinculado as formas como os grupos sociais se organizaram e se organizam na busca de suas demandas e para superarem as formas de opressão sejam elas políticas, sociais ou econômicas, atuando na construção de uma nova sociedade, mais justa e modificada (SCHERER-WARREN, 1989). Segundo Scherer-Warren, os movimentos sociais são,

[...] uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, 1989, p. 20).

De acordo com Maria da Glória Gohn, poderíamos dizer ainda que os movimentos sociais são “[...] ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.” (GOHN, 2003, p. 13). Trata-se, de um agir comunicativo, onde as ações coletivas serão discutidas dentro da esfera pública a partir das ações desses movimentos sociais.

Para Gohn, existe um projeto novo e emancipador por trás desses movimentos, que almejam uma sociedade democrática e sem injustiças sociais. Somente através da participação política que os movimentos sociais alcançam autonomia, este sendo um fator determinante para a emancipação

social. Essa participação é que desenvolverá uma consciência crítica, sendo esse processo de formação de consciência, a razão e o sentido do movimento social. É por intermédio de parte das ações dos movimentos sociais que ocorreram e vem ocorrendo o processo de democratização, relembrando que a própria redefinição de democracia emergiu através dos movimentos em luta (GOHN, 2003).

Devemos entender os movimentos sociais como sujeitos sociais coletivos, onde, os mesmos não devem ser pensados fora de seus contextos conjunturais e históricos. São os movimentos sociais que possuem a capacidade de disseminar na sociedade novas formas de pensar e se organizar (TOURAINÉ, 1998).

Ao dialogar com a Geografia, fica claro que não há como estudar os movimentos sociais sem compreender suas territorialidades. Ou seja, não há como definir um grupo, comunidade, uma sociedade ou até mesmo um indivíduo sem inseri-los num contexto geográfico e territorial (HAESBAERT, 2004).

Segundo Milton Santos, devemos entender o Território como lugar onde se desembocam todas as ações, paixões, poderes, forças e franquezas; sendo ele o lugar onde a história do homem se realiza a partir da manifestação de sua existência (SANTOS, 2007, p. 13).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p. 14).

Segundo Raffestin, para compreender o território como uma relação entre homem e espaço, é fundamental compreender que o espaço é anterior ao território.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

O território nessa perspectiva deveria ser entendido com sendo um espaço onde o homem projetou um trabalho. Já o espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 50). Assim pode-se dizer que o território apoia-se no espaço, mas não pode ser confundido com ele. O território deve ser entendido como uma produção, a partir do espaço. "Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

Segundo Haesbaert, o território e os processos de territorialização são o fruto da interação entre "[...] relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)" (HAESBAERT, 2004, p. 235).

Compreendemos então que as relações sociais não são alheias aos territórios e sim, produzidas por ele da mesma forma com que o território se produz por elas. Segundo Haesbaert, os sujeitos produzem seus próprios territórios, e a destruição dos mesmos levaria o fim desses sujeitos, de suas identidades, de seus grupos sociais, pois esses, não existem sem seus territórios. Segundo Bonnemaison e Cambrézy,

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. [...] Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14 apud HAESBAERT, 2004, p. 72-73).

Nesse sentido entendemos que desterritorialização dos sujeitos de seus territórios significa a destruição dos mesmos e é nesse processo que surgiram e surgem as lutas e os mais diversos tipos de resistência oriunda desses povos atingidos. Para Fernandes, a territorialização acontece através da espacialização dessa luta pela terra; pela conquista de frações do território. “A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquista de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e também por outros Movimentos” (FERNANDES, 1999, p. 241).

De acordo com Simonetti, os assentamentos são o

[...] lugar conquistado/apropriado graças à luta pela terra, o que possibilita que esteja sob o controle/poder, mesmo parcial, dos camponeses. É o lugar conquistado, onde buscam desenvolver suas vidas de acordo com seus sonhos e desejos (SIMONETTI, 1999, p. 8).

Assim, compreendemos que os assentamentos podem ser entendidos como o território conquistado, é parte das conquistas do movimento e representa a sua territorialização.

Segundo Haesbaert,

Num mundo dito globalizado como o nosso, o acesso pleno a um território como "experiência integrada do espaço" só se dará quando todos, de alguma forma, puderem vivenciar o mundo em suas múltiplas escalas, pois o território é, hoje, sobretudo, multiescalar e um território-rede. Por isso o combate a desterritorialização enquanto exclusão socioespacial significa também o acesso amplo às diferentes escalas e redes que, ainda hoje, constitui-se um privilégio de uma elite planetária cada vez mais auto-segregada (HAESBAERT, 2007, p. 68).

Desta forma, ao analisarmos os movimentos sociais e suas reivindicações no Brasil verificamos essa pluralidade de conflitos e de embates travados por esses movimentos para combater o contínuo processo de desterritorialização. Um desses movimentos presente no Brasil e muito bem consolidado no Estado de São Paulo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, e surgiu em 1984, no momento em que o Brasil passava pela

reabertura da política nacional. Este é oficialmente fundado durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, e tinha como objetivo discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária. Assim, no início da década de 80 começaram a ocorrer ocupações de forma massiva e muitas lutas que vinham acontecendo isoladamente pelo país, passaram a se articular juntamente com o MST.

O MST nasceu decorrente dos conflitos existentes junto ao processo de modernização conservadora; [...] nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar (FERNANDES, 1998, p. 16).

Os militares levaram o desenvolvimento ao campo apoiados pelo capital estrangeiro. Essa modernização fornecia crédito rural subsidiado apenas para os grandes proprietários e entregava as terras públicas para as grandes empresas. Esses fatores fizeram com que um contingente cada vez maior de trabalhadores, esses que eram meeiros, arrendatários e posseiros, fossem excluídos do acesso à terra. O MST guardada as suas especificidades “[...] é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde *Canudos*, *Contestado*, *Porecatu*, *Trombas e Formoso*, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra” (FERNANDES, 1998, p. 16).

A intensificação das ocupações é resultado da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que em contínua territorialização, organizou-se em 24 estados, em 1997, formando uma rede nacional de luta e resistência. Essa rede é formada por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros. As ocupações acontecem nos processos de espacialização e territorialização do MST (FERNANDES, 1998, p. 33).

Juntamente com sua consolidação no país, vão definindo seus objetivos que vão além da reforma agrária, eles articulam discussões sobre transformações sociais importantes para o Brasil, principalmente àquelas no tocante à inclusão social. Desta forma, “[...] o processo de territorialização do MST acontece por meio da construção do espaço de socialização política” (FERNANDES, 1998, p. 27).

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Brasil tem 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária e um total de 8.763 assentamentos atendidos, onde vivem 924.263 famílias (INCRA, 2010). Porém, até o ano de 2010 havia ainda cerca de 90 mil famílias acampadas pelo país, representando uma enorme demanda por terra. O MST caracteriza-se como sendo um movimento sócioterritorial, pela existência de sua práxis na luta pela terra e na conquista de frações do território. “Essas lutas se dimensionaram para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico” (FERNANDES, 1998, p. 26).

Uma das bandeiras históricas do movimento é pela efetivação da Reforma Agrária e a entendemos como sendo “[...] um dos elementos da questão agrária. É uma política pública da sociedade capitalista, cuja instituição competente para realizá-la é o Estado, no caso do Brasil: o

governo federal” (FERNANDES, 2003, p. 23). Porém, cabe destacar que as políticas públicas que foram realizadas no Brasil, são fruto de uma história de luta por Reforma Agrária no país. Segundo Fernandes, a luta pela terra – que entendermos ser uma política pública de caráter popular – “[...] tem promovido nas últimas décadas grande pressão para que diversos governos implantassem diferentes políticas de assentamentos rurais” (FERNANDES, 2003, p. 23).

Afirmando assim que em nosso país nunca existiu Políticas de Reforma Agrária, e as ações existentes só nasceram graças às ações dos movimentos sociais de luta pela terra e a continuidade delas e suas implantações estão inteiramente ligadas a essa força política e de acordo com a conjuntura que estejam envolvidos os movimentos sociais e o Estado.

Segundo Fernandes, a reforma agrária alteraria,

[...] a estrutura fundiária concentrada, democratizando o acesso à terra, modificará essa conjuntura. As famílias beneficiadas poderão ser tanto de origem rural quanto de origem urbana. Uma política de reforma agrária não pode deixar de atender a população urbana interessada em construir suas vidas no campo. Hoje, nos assentamentos há famílias assentadas que nunca tinham vivido como produtoras agrícolas. Por meio da luta, elas encontraram na terra uma possibilidade de reconstruir suas vidas com dignidade. Pela história de grilagem da terra do Brasil, não é aceitável uma política de mercantilização de terra. Reforma agrária é desapropriação. É ação de Estado e não política de mercado (FERNANDES, 2003, p. 25).

Deste modo, quando o Partido dos Trabalhadores assume a presidência do Brasil, o Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva, faz um Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional realizado em Brasília no dia 1º de janeiro de 2003, em sua respectiva posse a Presidência da República, disse:

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais [...] (BRASIL, 2008, p. 10).

No primeiro mandato do Governo do PT (2003-2006), inicia-se a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Neste contexto o MST acreditava que o II PNRA entraria em execução para sanar as necessidades, se não de uma reforma agrária ampla, pelo menos, de um avanço exponencial para a mesma. Porém, o II PNRA não foi implementado e em seu lugar foi adotado um plano com políticas compensatórias, sendo este mandato marcado por políticas que defendiam o agronegócio, em detrimento da Reforma Agrária. Ou seja, neste mandato, a reforma agrária foi tratada como não sendo mais uma necessidade histórica, tornou-se uma política social, com a finalidade de minimizar os conflitos locais de algumas regiões do país.

Não se pensou na realização de uma reforma agrária de fato; pois para ela acontecer seria necessário entrar em confronto com o agronegócio, só através desse confronto se alteraria a concentração de poder e de terra no Brasil. Segundo Oliveira,

O MST detectou corretamente que o governo atual apóia o agronegócio. É isso que incomoda uma parte da esquerda, pois esse apoio revela a faceta do governo no seu entendimento sobre a questão agrária, ou seja, de que a reforma agrária não é uma necessidade histórica do país. É por isso que, em quatro anos de governo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra assentaram pouco mais de 100 mil famílias, quando o Plano Nacional de Reforma Agrária mandava assentar 400 mil (OLIVEIRA, 2007, não paginado).

Porém, o Governo do PT não realizou a reforma agrária, visto que não pretendiam entrar em conflito com o agronegócio, mas pelo contrário, o Governo colocou-se a apoiá-lo fortemente, ficando mais evidente suas intenções a partir de seu segundo mandato (2007-2010). Ou seja, no segundo mandato a Reforma Agrária passou a ser tratada como uma política marginal e compensatória e não mais como um instrumento de democratização do campo e da sociedade.

No decorrer de oito anos de Governo do Partido dos Trabalhadores foi registrado o aumento da concentração de terras no país. Esse aumento é verificado nos dados do DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, onde, as grandes propriedades na classificação por área, variam de 2.000 mil a 100.000 mil ou mais hectares e ocupavam em 2010 quase 243 milhões de hectares de terras estão nas mãos de pouco mais de 39 mil proprietários. Em 2003, eram pouco mais de 33 mil proprietários com quase 147 milhões de hectares. Esses dados nos revelam que de 2003 para 2010 houve o aumento de 65,17% das grandes propriedades, enquanto o aumento de proprietários foi de 18,56% (DATALUTA, 2011).

Os dados demonstram que as políticas de reforma agrária foram deixadas se não de forma integral, quase que totalmente para trás, dando espaço preferencial neste governo ao agronegócio. Segundo Oliveira, as políticas de reforma agrária estão vinculadas a dois princípios fundamentais:

[...] não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar (OLIVEIRA, 2008, p. 8).

Compreende-se então que, em virtude da ‘Contra-Reforma’ desse Governo, desenvolveram-se duas frentes de luta no Brasil; primeiramente para adentrar a terra; após, para conseguir permanecer nela como camponês e produtor de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. Esses camponeses são uma classe em luta permanente, pois jamais obtiveram de um governo uma política pública efetiva para a consolidação da reprodução social dos mesmos, restando a esses a luta diária, senão por um pedaço de chão, por condições de continuar vivendo dele (OLIVEIRA, 2001).

Daremos ênfase agora a esses dois segmentos que estão diretamente ligados a essas políticas de reforma agrária para que através desses possamos compreender a realidade do campo brasileiro em se tratando de políticas públicas de reforma agrária no Brasil.

Os depoimentos coletados e que apresentaremos a seguir, nos permitiram ter maior compreensão da realidade dos depoentes, sabendo suas trajetórias de vida, como vieram para a luta pela terra, suas compreensões sobre o que é a reforma agrária e constatar a partir desses relatos a avaliação que esses fazem dos dois governos do PT 2003-2006 e 2007-2010. E assim, como na hipótese inicial pudemos observar uma diferenciação dos depoimentos entre nesses dois segmentos de acampados e assentados do MST, no que se refere a avaliação que fazem sobre os oito anos do Governo dos Partidos do Trabalhadores.

Os acampados entrevistados foram: acampado “A”, homem, 52 anos, casado, ensino fundamental incompleto, morava no campo antes de ir para o acampamento, sempre trabalhou na roça, está acampado a 9 anos; e acampada “B”, mulher, 45 anos, casada, ensino fundamental incompleto, morava na cidade antes de ir para o acampamento, sempre trabalhou na roça, está acampada a 9 anos.

Quando o acampado “A” foi questionado sobre o por que resolveu entrar na luta pela terra e disse:

Porque a cidade, pra gente mesmo, pra gente que é do campo, da roça, cidade não da certo, entendeu. Você tem que planta, você tem que colhe alguma coisa né, entendeu? E a gente não tem aquele estudo suficiente pra arruma um serviço bom, entendeu, a gente hoje em dia até pra carpi tem que ter que fazer curso, então é difícil, então é melhor deixar a gente no estilo matuto mesmo assim, solto, né mesmo?

O acampado “A” foi questionado também sobre o que pretendia quando entrou nessa luta e o que pretende hoje, e respondeu:

Eu pretendo pega um pedaço de terra, se acontece se deus abençoar de acontece, eu pretendo manter assim, planta alguma coisa, plantar e comercializar algumas coisas, pra ter meu custo de vida né, pra mim e pra minha família, se não não tem jeito né, não é eu só planta, e vim leva e busca e não ter retorno de nada né. Então, eu trabalho com esses que já são assentado ai, eles sempre falam que a gente tem que ter um tipo assim né, fazer um projeto em cima daquilo, e trabalhar e conhecer e tipo tem a Conab agora né, é meio demorada mas é garantido, a gente prefere assim. É viver daquilo ali, sobreviver com a família ali.

A acampada “B” também respondeu:

Ah pega uma terra pra sustenta minha família, pra viver.

Porém, após completou dizendo que agora esses planos estão bem longe de se concretizar.

A acampada “B” também foi perguntada sobre o que seria para ela Reforma Agrária e respondeu:

Ah, eu acho que seria uma coisa mais concreta, isso daí pra mim é tanta promessa que não cumpre nada.

O acampado “A” também respondeu e disse:



Reforma Agrária pra mim eu acho que seria assim. Hoje em dia as escola tem mais recurso né, apesar dos pequeno agricultor, que fornece uma verdura né, fornece um legume, fornece pra eles né. Tem um compadre meu, eu considero com compadre, ele é padrinho da minha neta, hoje ele está com oito mês que pego um lote que foi desapropriado, e dentro de oito mês ele já produzir pra ele, ele já compra pra fazer feira, entendeu, é mais ou menos por ai, entendeu? Uma pessoa esforçada pra modo viver daquilo ali, né verdade? Ter condição de viver daquilo ali, porque não adianta você pegar um lote ai e arrenda ele, você tem que planta e colhe em cima dele, ai é você sobreviver em cima dele, entendeu?

Quando perguntados sobre o que eles teriam a dizer as reforma agrária do Governo PT de 2003 a 2010, a acampada “B” respondeu:

Não esta sendo praticamente nada, não fez nada pelo povo sem terra, pra mim não tenho nem nada a dizer sobre eles. [...]É acreditava né, mas com o passar do tempo ninguém viu nada, tem nada sendo feito pela gente. Pros assentados né, pra assentado pode até ter tido alguma coisa, mas pra quem esta acampado, não teve não. Você vê que até a cesta básica da gente é uma cesta básica a cada 6 meses, e olha que as vezes ainda vem a cada seis meses, as vezes nem vem.

Já o acampado “A” disse:

Promessa e promessa, não foi? Promessa e promessa, agora a Dilma já fala que não vai é assentar mais ninguém e assentar o que estava na beira de estrada. Nós ficamos na beira de estrada 11 ano, entendeu.

Hoje em dia a gente não acredita em mais nada – se emocionou – É DURO NÉ, É DURO! Então fica assim então. Em todo canto é assim, na cidade é pior que aqui, aqui eu trabalho um dia dois na semana, eu compro um pacote de arroz para passar a semana, uma lata de óleo para passar a semana, e na cidade que tem água luz tem tudo, e aqui da para plantar, aqui eu tenho uma abobora, um coisa ou outra. Aqui a terra é boa, eu tenho um porco no chiqueiro, tem alguma coisa né, mais assim, mais que é sofrido é, eu peço até desculpa pra você porque é duro, é complicado. Porque não dá a terra né? Não é nem dá, é devolver, é devolver né!

Entrevistando o outro segmento, os assentados podemos observar as diferenças entre seus discursos sobre as políticas de reforma agrária do Partido dos Trabalhadores, que para eles foram melhores e mais direcionadas do que para os acampados que expressão palavras de verdadeiro abandono por parte do governo.

A assentada “C”, mulher, 59 anos, divorciada, estudante do EJA, morava no campo antes de ir para o acampamento, trabalha no seu lote, é assentada a 27 anos, quando questionada sobre o que foi o Governo Lula 2003-2010 para ela, respondeu:

Pra nós que tem terra, não tem nenhum outro na história nesse país, nasceu um e vai morre ele, porque igual o Lula pra nós jamais, porque o cara fez coisa por nós que eu acho que governo nenhum faria, foi muito bom. [...] teve linha de crédito. Nós estávamos com muitas dividas no banco, o governo só queria recebe da gente, foi o Lula entra, teve negociação, teve rebate de divida, rebateu as dividas, colocou mais credito para o povão. Olha ele fez coisa do “arco da velha”. Para nós foi bom demais, igual não teve não. Outra coisa dele foi a educação, quantas história de filho de assentado com bolsa né, faculdade, curso técnico né, então deu oportunidade de tudo que foi forma né, que até então nunca tinha tido um governo assim, foi muito bom pra nós foi maravilhoso.

O assentado “F”: assentado, homem, 49 anos, casado, ensino fundamental incompleto, já morou tanto no campo quanto na cidade, trabalha no seu lote, é assentado a 27 anos e me disse que:

Na verdade o difícil não é conquista ela, o difícil é permanecer em cima dela, porque conquistar, a conquista é até gostosa, porque você está brigando por um objetivo, você pega energia de não sei onde e vai, só que depois que você assenta você vai ver que o problema é outro, é ficar em cima dele, para você realmente concluir o sonho que você tinha é muito mais complexo do que você imaginava. Aquele sonho que você tinha se torna o pesadelo no dia a dia da gente. Eu to feliz conquistei no assentamento, conquistei minha terra, só que assim, se você for por no papel. Chega uma hora que você fala assim, que não vale a pena, porque você tem a terra, mas você não tem uma garantia de ficar em cima dela, de viver dignamente dela. O governo tenta ajudar mais não é o suficiente pra você levantar uma bandeira e dizer isso deu certo. Daí você chega no final pensa poxa vida será que valeu a pena? Será que valeu a pena todo o sofrimento até hoje? Valeu a pena porque eu tenho a terra na mão, mas e as condições de vida sua? Mas mesmo assim eu garanto pra você que valeu a pena.

Quando questionado sobre o Governo PT e as Políticas de Reforma Agrária disse:

Um programa bom foi o de habitação. Essa casa aqui foi do Governo Lula. É tudo do Governo Lula. Se você vê uma moradia dentro desse assentamento é tudo do Governo Lula, porque do Governo Fernando Henrique nós não recebemos nada, não tinha objetivo nenhum, daí o Governo Lula libero. Essa casa eu construí com o dinheiro próprio do Governo, tudo do Governo, essa casa não teve um centavo meu. Foi 9 mil reais do Governo dele, que ele implanto habitação[...] pros assentamento mais novo ele já fez um programa melhor além de dar a terra ele deu água encanada, deu casa, deu estrada, lote todo cercadinho, e mais um investimento de 25mil reais parece cada família.

Gente o problema não é terra, o problema não é terra, o problema é como se sustentar em cima da terra, como fazer para dar terra pra esse povo e esse povo fica lá em cima? Se o problema fosse terra 8 alqueires e todo mundo tava rico. Se o problema fosse terra nós com 8 alqueires estava bem e não estava reclamando da vida. O problema não é terra é uma programação correta. [...] tem que chega nas família e pergunta o porque o cara não está plantando nada? Qual o motivo? Porque não adianta eu querer plantar nos 8 alqueires se amanhã eu não vou conseguir cumprir com as minhas obrigações, não vou conseguir pagar. Não vale a pena eu planta meu lote inteiro de milho, porque eu sei que o que eu to investindo eu não vou tirar, então é melhor ficar parado do que tentar fazer alguma coisa.

Na campanha presidencial de Lula, uma das principais bandeiras levantadas era a reforma agrária, mas o que se percebemos, inclusive através dos depoimentos acima, é que aos longo dos ano ela foi deixada para trás, mesmo que tenha tido uma investimento nos assentamentos, isso não altera a relevância que o Governo deu para a Reforma Agrária nesses anos. O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula mal conseguiu sair do papel, e ainda nem era o plano esperado pelos movimentos sociais ligados à luta pela terra, sendo esse, muito mais ameno, com menor abrangência, sendo realmente um plano de políticas públicas de reforma agrária e não de fato a reforma agrária que o governo havia prometido anteriormente.

Os movimentos sociais estiveram presentes na elaboração do II PNRA, mas, o documento que entrou em vigor como o sendo, não era os que os movimentos sociais gostariam que fossem. A

derrota dos movimentos sociais junto ao II PNRA já começou na elaboração do mesmo, pois o projeto de reforma agrária que se apresentava não cumpriria sequer uma demanda básica para a realização da mesma. Não assumindo assim o governo, as promessas que havia feito a população, aos movimentos sociais, e a todos os brasileiros. Os movimentos sociais ainda aqui, tentavam trabalhar conjuntamente com governo, pelos fatores históricos existente do governo vigente apoiar os trabalhadores, por acreditarem que esse governo apoiava aqueles que lutaram por séculos pela divisão de terras no país.

O MDA pouco ou praticamente nada fez para ajudar a solucionar o problema da terra no Brasil nesse período. Na verdade, que tem sido feito no Brasil desde os governos passados e continua sendo feito nesse é uma política de assentamento de números ilusórios, que não podemos caracterizar por reforma agrária.

Assim como diz Fernandes em seu livro *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*, os erros ocorridos no I e no II PNRA deveriam ser analisados mais atentamente pelos seus sucessores para que as mesmas falhas não sejam cometidas, no sentido de conseguirmos de fato fazer um PNRA que funcione, para cumprir as metas por ele estabelecidas – mesmo sabendo que essas metas são muitíssimo inferiores as necessidades inerentes para a realização de fato da Reforma Agrária no Brasil. Entre essas lições destacadas por ele, vale ressaltar que desenvolvimento não se faz sem conflitualidades (FERNANDES, 2008). E nos é inerente que a disputa que o campo sofre hoje é referente ao modelo de desenvolvimento estabelecido entre a agricultura camponesa e o agronegócio. Disputas essas que saem do âmbito da diversidade de culturas produzidas e da monocultura, ou da agroecologia e do agrotóxico, as conflitualidades aqui destacadas perpassam esses e vão para além da produção.

Assim, podemos dizer que desde 1985 existe uma dívida dos governos com a reforma agrária no país, essa vem sendo envolta de políticas inacabadas que não sanam o problema e apenas o remedeiam com operações “tapa buraco”, com o intuito de diminuir as tensões existentes melhorando a imagens daqueles que estão no poder. A política que sempre se adotou ao longo da história foi à “política dos panos quentes”, que são colocados sempre em momentos de mais precisão de aceitação popular, ou para conter aqueles que se revoltam com os rumos tomados pelos governos.

Com tudo que aqui foi explanado, nota-se que o governo após eleito e ate mesmo antes de se candidatar a reeleição não deu sinais que estava efetivamente trabalhando para resolver as questões relativas às desigualdades do campo no Brasil, mas pelo contrário, trabalhava contra isso, aliando-se cada vez mais aos latifundiários. O que parece lastimável é aceitar que o primeiro governante oriundo das camadas populares do nosso país não tenha se esforçado e se empenhado para fazer

com que fossem cumpridas as promessas de reforma agrária para a existência de um país mais justo e democrático para todos.

Inquestionavelmente a Reforma Agrária neste início de século, ainda continua sendo um dos principais problemas político-econômico-sociais a ser resolvido no Brasil. A complexidade existente para a realização da Reforma Agrária se justifica pela ampla diversidade de atores sociais envolvidos e exercendo “poder” sobre as decisões no país. Devemos assim, localizá-la em um campo de disputa de poder, onde as correlações de forças existentes é que ditarão o destino para a realização ou não da Reforma Agrária Brasileira.

Logo, o campesinato para resistir a esse processo busca se reterritorializar, e de acordo com a conjuntura política, social e econômica, eles reflorescem, recuam e avançam. Constatamos assim, que a realização desta pesquisa se justifica por problematizar essas territorialidades em tensão, que envolvem não só os movimentos sociais de luta pela terra, neste caso o MST, mais também o agronegócio, o Governo e a sociedade civil (SIMONETTI, 1999).

## Referências Bibliográficas

BRASIL/INCRA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, DF, INCRA, 1992.

BRASIL. Presidente (2003 - :Lula). *Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

DATALUTA. Banco de Dados de Luta pela Terra, 2011. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta\\_brasil\\_2011.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2011.pdf)> Acesso em: 04 out. 2013.

ENGELMANN, Solange I. *A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST*. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-22 Disponível em: [http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange\\_e\\_aldo\\_duran.pdf](http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange_e_aldo_duran.pdf)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Revista Currículo sem Fronteiras*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v.1.

\_\_\_\_\_. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 1-44, 1998.

\_\_\_\_\_. MST: formação e territorialização. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza. *Jornal do INCRA*, Brasília, DF, v. 1. n. 2, não paginado, dez. 2010. Publicação especial.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>>. Acesso em: 10 set. 2013.

\_\_\_\_\_. *Sem enfrentamento, não há reforma agrária*. [23 de maio de 2007]. Entrevistador: Correio da Cidadania. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4175>>. Acesso em: 17 set. 2013.

\_\_\_\_\_. *A política de reforma agrária no Brasil*. Quezon City: Land Action Network, 2008. Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip.php?article529&lang=en>>. Acesso em: 20 set. 2013.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton et al. *Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. *A Longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.